

TRABALHO E EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA MARXISTA PARA UMA FORMAÇÃO INTEGRAL

Emerson Ramalho Cabral¹

Wander Augusto Silva²

Introdução

Educar sempre foi um grande desafio para a humanidade de forma geral. Mas quais são os elementos fundamentais para que uma “boa educação” ocorra? Ao tentarmos responder uma questão como esta que até hoje mobiliza muitos educadores, veremos que educar é uma tarefa bastante complexa, especialmente quando o assunto é a educação escolar. Pois como a escola pode e/ou deve ser? Não é difícil observar que se trata de um tema de forte interesse de pais, pesquisadores, pedagogos e estudiosos do assunto. Segundo Rossi (1980), existe uma espécie de messianismo pedagógico e a educação escolar é considerada por muitos como um dos fatores mais importantes no combate aos problemas sociais existentes. Ainda em Rossi (1980), observa-se que a escola é vista como uma poderosa ferramenta que pode proporcionar certa ascensão social e conseqüentemente transformar para melhor a sociedade.

A partir do exposto, somos levados a crer que muitas pessoas a consideram como ponto de partida para se resolver desde o desemprego até as questões que envolvem a delinquência juvenil ou a violência de maneira geral. Estamos acostumados a ver sendo veiculados em diversos meios de comunicação, pesquisas sobre a sua importância para que se construa um país melhor para todos. Mas neste contexto (das desejadas melhorias sociais) é inevitável que além da educação escolar, também pensemos sobre as questões que envolvem o trabalho. Isso ocorre porque ele é entendido por muitos como um dos aspectos fundamentais a ser levado em conta sempre que falamos em transformações sociais. Trata-se aqui, do entendimento do trabalho, como prática, que assim como a educação, faz parte da essência dos seres humanos desde os tempos mais remotos, pois segundo Saviani (2007), tanto o trabalho quanto a educação são atividades que só podem ser encontradas no universo humano. Somente seres humanos

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/UEMG) e Professor do Ensino Médio na rede pública do Estado de Minas Gerais. E-mail: toquefilmes@gmail.com.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/UEMG) E-mail: wanderasilva@gmail.com.

educam seus semelhantes e somente seres humanos trabalham, transformando a natureza no intuito de suprir suas necessidades. Assim entendidos, podemos crer que trabalho e educação serão sempre pontos fundamentais a serem abordados quando o assunto é a sociedade, seus desafios, características e perspectivas futuras.

É neste momento que refletir sobre estas duas atividades essencialmente humanas se mostra importante, pois poderíamos nos questionar sobre onde cada uma se insere no processo de formação do ser humano. Poderíamos nos perguntar ainda se elas podem e/ou devem estar unidas, especialmente quando se trata da educação fornecida pela instituição escolar.

É diante de tais questionamentos que se apresenta este estudo que tem como objetivo discutir a interseção entre trabalho e educação para uma formação integral do sujeito. Elegeu-se como orientação teórica a perspectiva marxista, tendo como referencial as formulações de Karl Marx e Antonio Gramsci. Optou-se por uma revisão de literatura que contemplasse autores e publicações que abordaram o tema. Inicialmente, buscou-se analisar os principais aspectos que culminaram com a separação entre educação e trabalho que observamos até os nossos dias. Em um segundo momento, o interesse foi discutir as possibilidades de uma educação a partir do entendimento do trabalho como princípio educativo. Conclui-se este estudo com algumas considerações a respeito dos dados obtidos.

A separação entre trabalho e educação

Antes de adentrarmos a questão que envolve o trabalho e a educação na perspectiva do marxismo, vejamos alguns pontos fundamentais que nos mostram como ao longo dos tempos os dois campos trilham caminhos diferentes e obtiveram tratamentos igualmente diferentes. Como apontado anteriormente, o trabalho é algo próprio, particular dos seres humanos. Segundo Saviani (2007), o trabalho é a ação do homem no meio em que ele vive. Ação que promove transformação e passa a existir no momento em que este homem precisa de recursos.

Ora, o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. (SAVIANI, 2007, p. 154).

Nós, seres humanos, não encontramos tudo o que precisamos de maneira pronta na natureza. Assim, o que nos cabe é produzir, e é neste sentido que nossa essência seria inseparável do nosso trabalho. Não por acaso, para Saviani (2007), os humanos precisam aprender a se construir, pois não nascem prontos. Essa construção de si mesmos necessita ser aprendida e consiste, portanto, em um processo educativo. Sendo assim, seu ato de produzir, é ao mesmo tempo sua formação. Neste sentido, a educação nasce com a própria condição humana. A partir deste momento, seria incoerente buscar uma separação entre o trabalho (que é realizado pelo homem e aspecto indispensável à sua constituição) e a educação, processo necessário para que este homem aprenda a se produzir e a se tornar humano.

Diríamos, pois, que no ponto de partida a relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar trabalhando. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam as novas gerações. A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem. (SAVIANI, 2007, p. 154).

Reconhecendo então que o homem tem no trabalho e na educação atividades essenciais para a construção de sua existência, cabe agora refletir sobre os motivos que de alguma maneira promoveram um distanciamento desses dois aspectos fundamentalmente humanos. Ainda para Saviani (2007), esta separação entre trabalho e educação ocorreu no momento em que a produção se desenvolveu e houve uma divisão no trabalho. Apareceu também a terra como propriedade privada, o que acabou por dividir a sociedade antes comum em uma sociedade de classes, onde uns eram donos e outros não. Foi neste momento que houve a divisão também entre trabalho e educação, pois aquela formação destinada aos proprietários passou a ser diferente daquela que os não proprietários recebiam.

Quando lançamos olhar para o fenômeno da divisão social em classes, começamos a compreender o porquê ao longo dos séculos, as classes subalternas foram privadas da mesma formação que as classes elitistas receberam. Ora, pois neste cenário, a separação entre educação e trabalho foi “necessária”, pois não cabia à elite trabalhar, a ela, caberia apenas ser educada, ou seja, as atividades intelectuais. Em contrapartida, as classes subalternas passariam a ter uma educação que apenas lhes proporcionasse capacidade e competências mínimas para exercer as funções que lhes eram atribuídas. Era inaugurado assim, um novo modelo de existência onde a

exploração por parte das classes dominantes tendia a se intensificar cada vez mais. Mais tarde, o capitalismo, aliado ao rápido processo de industrialização deu manutenção, não apenas na separação da sociedade em classes, mas também na já mencionada separação entre trabalho e educação.

Trabalho e educação na perspectiva do marxismo

Sabe-se que o marxismo promoveu uma interpretação materialista das transformações sociais que ocorreram ao longo da história humana. Este modelo de interpretação que tinha na maneira como as sociedades produziam seus bens, um dos temas centrais, surgiu em um momento de extrema exploração do trabalho alheio que ocorria na Europa do século XIX. Neste sentido, o marxismo vislumbrava a possibilidade de uma substituição do modelo capitalista e não por acaso consistiu em uma dura crítica a suas consequências. Entre estas consequências estavam a alienação, exploração e negação de uma educação de qualidade destinada às classes subalternas.

Mas o que seria uma educação marxista? Responder a esta questão não é tarefa fácil, pois segundo Cassin (2008), o próprio Karl Marx (1818-1883) não escreveu especificamente sobre a educação. Apesar disso, não faltam em sua obra reflexões no sentido de superar a educação burguesa e criar um modelo educativo libertador e que contribuísse para a superação do capitalismo.

Karl Marx (1818-1883) considerado um clássico da sociologia e apesar de não ter escrito nenhuma obra específica sobre educação, deixou sua contribuição a respeito da relação sociedade e educação. Podemos encontrar em vários de seus escritos referências críticas ao papel da educação na sociedade capitalista e propostas de uma nova educação que contribua na luta pela superação da sociedade capitalista e a construção de uma sociedade que supere as relações sociais de produção capitalista. No “Manifesto do Partido Comunista”, escrito, em 1848, por Karl Marx e Friedrich Engels, a questão do ensino público, gratuito e unido ao trabalho e à formação do homem onilateral já aparece como proposta de superação da educação burguesa que se sustenta na divisão do trabalho, na propriedade privada e na formação do homem unilateral. (CASSIN, 2008, p. 151).

Ainda segundo Cassin (2008), Karl Marx não separava o trabalho da educação e via o trabalho como princípio educativo, pois somente o momento em que se unisse os dois, seria possível criar um novo homem, um sujeito capaz de se reconhecer como capaz de construir sua própria história. No entanto, é importante enfatizar que o trabalho visto como princípio educativo é

diferente daquele que atende somente aos anseios do capitalismo. Para Taddei, Dias & Silva (2014), o trabalho que não respeita a dignidade humana não pode sequer ser considerado como princípio educativo. Ora, pois se a proposta é a da libertação, esta só seria possível se o trabalho não fosse realizado de maneira a subtrair a participação e a consciência do trabalhador do próprio processo de que faz parte.

Antonio Gramsci (1891-1937), assim como Marx, também foi um crítico do modelo educativo de sua época que privilegiava a elite e deixava para a classe trabalhadora apenas a formação instrumental a serviço da burguesia. Marxista, ele também não concordava com diferentes escolas e formações para diferentes classes. Suas concepções caminhavam no sentido de propor uma formação única (para todos) e integral (que não fosse intelectual ou profissional).

A escola tradicional era oligárquica já que destinada à nova geração dos grupos dirigentes, destinada por sua vez a tornar-se dirigente (...). Não é a aquisição de capacidade de direção, não é a tendência a formar homens superiores que dá a marca social de um tipo de escola. A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes estratos uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental. Se quer destruir esta trama, portanto, deve-se não multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige. (GRAMSCI, 2001, p. 49).

Pesquisadores ao se debruçarem sobre o trabalho e sua relação com a educação, a partir das formulações de Gramsci, nos mostram que o trabalho como princípio educativo deve superar a simples preparação de mão-de-obra assalariada. Para Nascimento e Sbardelotto (2008), o pensamento de Gramsci era no sentido de criticar, de não aceitar a divisão entre a formação intelectual e a formação profissional, pois isto serviria apenas para enganar os trabalhadores a serviço da manutenção da ordem capitalista burguesa que vigorava.

O processo de trabalho para Gramsci deve ser o princípio educativo, mas não o modelo de escola profissional de sua época (não diferente hoje) que apenas cumpria a função de eternizar às estratificações de classes e a pré-destinação da maioria ao trabalho alienante, sob falsos princípios democráticos. (NASCIMENTO; SBARDELOTTO, 2008, p. 281).

A partir deste momento já somos capazes de visualizar que a separação entre trabalho e educação não é possível dentro de uma matriz marxista, pois como já vimos, o trabalho forma o homem e o homem formado, educa seus semelhantes. Assim, a educação profissional que visa a preparação para o mundo capitalista merece atenção e crítica, uma vez que não consiste em uma proposta totalizante e emancipadora dos educandos, limitando-se a atender aquilo que é exigido pelos empregadores. Este modelo de educação profissional recebeu críticas de Gramsci.

Portanto, Gramsci trava uma luta contra a escola profissionalizante, interpretando-a como uma formação que obedece à lógica do capital e da produção, o que aumenta e consolida o abismo econômico entre as classes. Com a oferta de um ensino profissional, o Estado democrático causa a impressão de estar oferecendo à todos as mesmas oportunidades de acesso à educação e, consequentemente, uma suposta condição de igualdade de oportunidades em relação aos educados pela e na elite, receptora de uma educação formativa, intelectual, humanista e geral, ou seja, uma educação previamente planejada para formar aqueles que irão governar (NASCIMENTO; SBARDELOTTO, 2008, p. 284).

Nesta linha de pensamento podemos crer que a formação apenas de operários para o mercado não é desejada dentro de uma visão marxista, pois esta formação apenas ratificaria o que o sistema capitalista determina em relação à educação. Em outras palavras, uma formação para o trabalho e para a produção que favoreça o acúmulo de capital. Para Dore (2014), Gramsci vislumbrava a possibilidade de uma reforma intelectual a partir da escola unitária. Uma escola que não visaria apenas a formação profissional, mas que proporcionasse aos grupos subalternos, sua emancipação.

Um tema recorrente nos *Cadernos do Cárcere* é o questionamento sobre o que é o homem, a natureza humana e como o homem constrói a si mesmo, a sociedade, o Estado, as leis, a técnica, a ciência, nas suas relações com outros homens e com a natureza por meio do trabalho. E essa noção de homem e de trabalho Gramsci a encontra na escola humanista, de cultura geral, que preparava dirigentes. É o que ele entende como princípio educativo da escola humanista, apresentando-o como fundamento da escola unitária. (DORE, 2014, p. 310).

Observando as críticas do marxismo à formação que visa a manutenção do regime capitalista, somos tentados a refletir sobre como ao longo da nossa história, vivemos aqui (no Brasil) diversos momentos em que ficaram claros os anseios do modelo capitalista quando o assunto

era a educação, a manutenção da escola dualista e a profissionalização das classes subalternas. Isso inclusive fica claro quando o governo militar instituiu o Ensino Médio profissionalizante obrigatório.

E, assim, instituí-se a obrigatoriedade do ensino médio profissionalizante em todo o País. O Conselho Federal de Ensino, através do Parecer nº. 45 de 1972, relacionou 130 habilitações técnicas que poderiam ser adotadas pela escola para seus respectivos cursos profissionalizantes, algo impraticável. As escolas particulares, preocupadas em satisfazer os interesses da sua clientela, qual seja, proporcionar o acesso ao ensino superior, desconsideraram tais habilitações e continuaram a oferecer o curso médio como preparatório para o ingresso na universidade. Não foram mobilizados recursos humanos e materiais para transformar toda a rede de ensino nacional em uma rede ensino profissionalizante. (SILVA, 2013, p.76).

Como se observa, a formação profissionalizante naquele tempo, aparentemente foi vista como algo que atenderia as necessidades das classes mais baixas (e claro, do mercado). Algo pensado não para todos, mas para aqueles que viam no futuro, como única alternativa visível até então o trabalho assalariado.

Interessante é observar que mesmo nos dias atuais o que nos parece é que este pensamento não mudou muito. Basta atentarmos para a Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 que reformou o Ensino Médio brasileiro. Ao propor o ensino profissionalizante dentro das optativas (40% da carga horária total), não estaria a escola confirmando a formação dual? Quem deverá optar pelo profissionalizante? O jovem pobre, que perderia 40% da carga horária das disciplinas propedêuticas e teria assim uma exclusão de conhecimento? Visitando as leis que regem a educação nacional, observamos que o Ensino Médio, a partir da Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, é etapa final da Educação Básica, e que a mesma não deveria ser dividida entre profissionalizante e propedêutica.

Enfim, temos evidências para crer que ainda se pretende formar nossos jovens (das classes baixas) apenas com o intuito de inseri-los no mercado de trabalho. Analisando sem muita atenção, não parece algo ruim, mas se olharmos mais de perto veremos que trata-se de um mercado de trabalho marcado pelas desigualdades. Um mercado estruturado dentro de um sistema capitalista que nunca teve como um de seus objetivos a justiça social. É preciso reconhecer que adolescentes e jovens pobres precisam não só de trabalho, mas de atenção, cultura, cidadania, saúde, ciência e conhecimento.

Considerações finais

Ao analisarmos o trabalho e a educação na perspectiva marxista, observamos que os mesmos não podem estar separados. Ambos são indispensáveis à formação integral do sujeito. São atividades que fazem parte da vida humana de maneira determinante. O homem se constrói pelo trabalho, trabalhando aprende e aprendendo ensina.

Pode-se crer que a formação pretendida pelo marxismo, não importando se em Gramsci ou Marx é muito diferente desta que se observa no modelo capitalista. Neste sentido, embora tenham vivido em épocas e contextos diferentes, há uma estreita ligação entre as propostas de ambos pensadores. Se por um lado Marx criticou a educação capitalista, propondo sua superação, por entender que a mesma só serviria para a manutenção do *status quo*, Gramsci, por sua vez, também era um crítico da educação instrumental propiciada para as classes mais baixas. O que ele buscava era o entendimento de que era necessária a formação humanista e integral do sujeito.

Cada um do seu modo construiu um pensamento que considera o ser humano como sujeito que precisa estar consciente da realidade social na qual se encontra inserido. Então podemos considerar que as contribuições que eles nos dão para entendermos o que seria de fato uma formação integral são de suma importância.

Se para o capitalismo a intenção é utilizar a educação apenas como um instrumento de fornecimento de competências úteis ao capital, no marxismo a educação aparece de maneira mais abrangente, pois não tem como intuito oferecer diferentes formações para os sujeitos de uma sociedade. A teoria marxista é uma teoria crítica. Assim, tanto o trabalho quanto a educação marxistas só podem aparecer de maneira que forneçam emancipação aos sujeitos. A escola marxista não aceita a divisão de classes. Pretende ser a mesma para todos (por isso unitária) por entender que a vida social não pode ser marcada por desigualdades.

A teoria marxista aparentemente evidencia a necessidade de uma escola comum, democrática, livre e humana. Uma escola que permita mesmo em face de uma formação profissional, o reconhecimento por parte do sujeito, do que ele faz, para que faz e principalmente para quem o faz. Trata-se de uma escola emancipadora pelo trabalho, que prima pela humanização através

do trabalho (nunca a alienação). É uma escola que parte da realidade concreta, que considera o sujeito como ser social, criador e transformador de sua própria história.

Entendendo dessa maneira, não é difícil imaginar que uma escola marxista não é desejada dentro de um sistema onde há divisão de classes, domínio por parte de uma elite e o acúmulo de capital é o principal objetivo.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 11.494, de 20 de junho 2007, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso: em 01 julho. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 de dezembro de 1996, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso: em 01 julho. 2017.

CASSIN, Marcos. **Sociedade capitalista e educação**: uma leitura dos Clássicos da sociologia. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.32, p.150-157, dez.2008 - ISSN: 1676-2584. . Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/32/art10_32.pdf> . Acesso: em 10 jun. 2017.

DORE, Rosemary. **Afinal, o que significa o trabalho como princípio educativo em Gramsci?**. *Cad. Cedes, Campinas*, v. 34, n. 94, p. 297-316, set.-dez., 2014.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v.2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SBARDELOTTO, Denise Kloeckner. **A escola unitária: educação e trabalho em Gramsci**. *Revista HISTEDBR On-line, Campinas*, n.30, p.275-291, jun.2008 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <<http://ri.uepg.br:8080/riuepg/handle/123456789/700>>. Acesso: em 10 jun. 2017.

ROSSI, Wagner G. **Capitalismo e educação**. 2ª. ed. São Paulo: Moraes, 1980. (Capítulo 1, *Messianismo Educacional e Conservadorismo*, p. 17-33).

SAVIANNI, Demerval. **Trabalho e Educação**: Fundamentos ontológicos e históricos. São Paulo. *Revista Brasileira de Educação* v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

SILVA, Wander Augusto. **Fatores de Permanência e Evasão no Programa de Educação 7 - Profissional de Minas Gerais (PEP/MG): 2007 a 2010.** (Tese de doutorado) Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. [p.71 – 80]

TADDEI, Paulo Eduardo Dias; DIAS, Vanessa Gonçalves. SILVA, Andréa Wahlbrink Padilha da. **Considerações sobre o trabalho como Princípio educativo e a educação como Instrumento de resistência e emancipação.** Trabalho Necessário. Ano 12, Nº 19/2014. Disponível em: < http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_19/TN_19_1_novembro.pdf >. Acesso: em 10 jun. 2017.